

SESSÕES DO PLENÁRIO

64ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 7 de agosto de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Zé Raimundo Fontes e Zó. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Soane Galvão comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 19/06/2023.

Do Deputado Jurailton Santos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 26 ao dia 29/06/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos.)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidoras e servidores. Presidente, primeiro, que bom que V. Ex.^a retorna a esta Casa, neste dia de segunda-feira. Estava em atividade, hoje, pela manhã. Já participamos de duas atividades hoje, uma delas com o presidente do Tribunal de Justiça. Quero parabenizar a iniciativa de V. Ex.^a, que trouxe aqui o presidente do Poder Judiciário, junto com os desembargadores, Dr. Rotondano e o corregedor das comarcas do interior, que, juntos, demonstraram aos delegatários dos diversos cartórios o comprometimento desta Casa Legislativa e do Tribunal de Justiça em buscar melhorias no atendimento dos cartórios no estado da Bahia, fazendo uma devida reestruturação.

Quero parabenizar o Dr. Jataí que, junto com o desembargador Rotondano, mesmo tendo opiniões diferentes sobre estruturação desses cartórios, abriram mão de posições para que apresentassem para esta Casa um projeto que melhor se assemelhasse aos interesses de todos, dizendo que esse projeto chega a esta Casa com o desejo de aprimoramento. V. Ex.^a hoje designou o deputado Robinson Almeida como relator do projeto, para que possa ouvir todos que se interessarem e para buscar esse entendimento. Então o senhor chegou de viagem e já veio imediatamente para o trabalho, hoje pela manhã, e já fizemos outra reunião, agora, com o Poder Executivo, discutindo os projetos do Executivo. Ou seja, já estamos na quinta marcha, neste dia de segunda-feira.

Queria aproveitar, presidente, para dizer que falei hoje com o Dr. Pedro Maia sobre a questão do Planserv. É necessário... E aqui eu quero chamar todos os deputados e deputadas, porque pedi uma nota técnica do Planserv para que fosse apresentada a todos os deputados. Pedi também para que nós fizessemos uma apresentação ou a diretora do Planserv fizesse uma apresentação para o Ministério Público. E hoje houve uma fala da promotora Rita Tourinho com relação ao Planserv, dizendo que o Planserv precisa que todos que queiram falar dele compreendam o que ele é: o maior plano de consorciamento familiar que existe no Brasil, com menor custo para o servidor.

Quem não se lembra do que era a Clínica São Marcos, que atendia aos beneficiários do Planserv? Hoje é o Hospital Português, é o Hospital da Bahia, é o Hospital Santa Izabel. Ou seja, são hospitais de primeira linha no estado que atendem ao Planserv.

Ainda essa semana, estive na cidade de Itapetinga e presenciei o outdoor de uma senhora, de uma médica oftalmologista, dizendo: “Agora...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

“(...) eu atendo pelo Planserv.” Ou seja, a propaganda da clínica e a propaganda do Planserv. Então há um entendimento de que o Planserv é uma instituição importante para as clínicas e para os hospitais, mas também para os servidores.

Nós temos de corrigir aquilo que tiver problema, mas nós não podemos descaracterizar esse plano de saúde porque isso só interessa a quem não quer o plano para os servidores do estado da Bahia. Passa aí por um interesse de tentar descredenciar o Planserv, e isso nós não podemos permitir. Porque eu sou de uma família em que pelo

menos seis dos meus familiares são beneficiários do Planserv, e eu sei o que minha irmã fala, que, se não tivesse o Planserv, ela não teria o atendimento médico que ela tem hoje. Então eu queria aqui fazer a defesa desse plano de saúde, que é o melhor plano de saúde de servidores do Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, profissionais desta Casa, eu quero aqui saudá-los, neste começo de semana, e me dirijo a V. Ex.^{as} e a todas e todos para saudar o importante pronunciamento do nosso ministro Silvío Almeida, ministro de Estado de Direitos Humanos, frente a essa situação de violência em diversos estados brasileiros.

Quero também fazer uma referência importante ao que aconteceu na Bahia, de, em apenas 1 semana, nós perdermos 30 pessoas que foram abatidas, foram assassinadas em operações policiais. É evidente que o povo necessita e clama por segurança, e nós defendemos a segurança pública, mas uma política de segurança pública que seja comprometida com os direitos humanos, com a vida das pessoas, sobretudo nas favelas, nos becos e vielas, onde a grande maioria da população vive. A maioria das pessoas não vive em condomínios fechados, não vive sob nenhum sistema tecnológico de proteção, as pessoas vivem nas ruas, em seus bairros populares, e elas precisam viver com dignidade, com decência e com segurança. Não é natural que 30 pessoas tenham morrido num período de apenas 1 semana. Acho que foi fundamental também o pronunciamento do governador Jerônimo Rodrigues, que deixou explícita a sua posição de não compactuar com esses excessos, com esses absurdos.

Nós não queremos que a nossa população preta e pobre morra e tenha apenas o símbolo de efeito colateral das operações. Nós queremos que a nossa população respeite as forças policiais e as veja, não com medo, com pavor, com terror, mas que as veja como instituição que chega para, de fato, proteger a vida das pessoas. Portanto, fica aqui o nosso pleito de que essas questões sejam tratadas de maneira devida, de maneira adequada, articulando o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e o nosso Governo do Estado da Bahia, numa ação colaborativa entre a União, o estado e os municípios, que também têm função complementar em relação à segurança, para que a gente possa enfrentar esse momento desafiador, que, para nós, negras e negros, não é novo, sempre aconteceu neste país, mas que precisa se dar um basta.

A violência não está autorizada da maneira como estava, infelizmente, no governo anterior, que promoveu a liberação exacerbada de armamento, de munição, e a gente não pode achar que tudo isso está aí no tecido social e não será usado, mas nós temos de agir, e agir com firmeza. O Estado baiano tem de agir no sentido de enfrentar e debelar essa situação.

Quando a gente cobra justiça, quando a gente cobra que haja, de fato, a garantia do que está estabelecido na Constituição, no Código Penal e na política nacional e internacional...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de direitos humanos não significa que somos contra os policiais, que somos contra a polícia. Nós, inclusive, nos preocupamos com a vida dos policiais que estão lá na ponta, que estão descendo as periferias, que estão se confrontando, muitas vezes, com o crime organizado. Nós queremos a vida da cidadania e entendemos que o policial também é um trabalhador, também é um cidadão que precisa ter a sua vida garantida. É por isso que defendemos uma nova lógica...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de estruturação das polícias em nosso país e de garantia de direitos para a sociedade civil e para os policiais.

É isso, Sr. Presidente, obrigada pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar a palavra para o próximo orador... Vai ter tempo, Diego, calma, vou passar para Pablo aqui, mas vou chamar todos. Eu vou pedir a Samuel, se possível, para assumir aqui a Mesa.

Dizer aos Srs. Deputados que, como o deputado líder Rosemberg falou, hoje pela manhã, nós já tivemos uma audiência pública no auditório desta Casa com o presidente do Tribunal de Justiça e alguns desembargadores sobre a questão dos cartórios da Bahia. Claro, foi enviado um projeto para esta Casa, o relator é o deputado Robinson Almeida, que vai ouvir todos os setores para a gente tentar chegar a um acordo, porque existem divergências, é normal, isso é democracia.

Eu disse que esta Casa nunca faltou e não faltará, em todos os projetos, independente de Oposição ou Situação, quando é em benefício da população da Bahia. Então esse projeto será da mesma forma, vai começar a tramitar agora. Eu falei, há pouco, antes daqui da sessão, mesmo informalmente, com o líder da Oposição, deputado Alan Sanches, e com o líder do Governo, deputado Rosemberg, para ver a possibilidade de amanhã a gente votar um dos projetos do Tribunal de Justiça que estão aqui, referente aos aumentos. É o aumento normal, aqueles 4% que o governador enviou, e que já foi votado para os demais servidores de todo o estado e que também compete ao Tribunal de Justiça. Então vamos ver se amanhã, como é acordo, não tem problema nenhum, vamos ver se a gente vota amanhã, dispensando as formalidades.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Passo a palavra ao deputado Pablo Roberto por 5 minutos. E quero pedir ao colega Samuel Junior para assumir a presidência para que eu possa receber algumas pessoas no gabinete.

(O deputado Samuel Junior assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, galerias, imprensa, pessoas que nos acompanham. Eu quero, caro Sr. Presidente, fazer aqui também uma fala muito rápida, numa condição, inclusive, de

contraponto à fala anterior do líder do Governo, deputado Rosemberg, ao que o caro estimado colega fala com relação ao Planserv.

Eu não sei se tem chegado ao gabinete dos outros parlamentares a situação completamente delicada, complicada, que o Planserv vive hoje na Bahia. Porque em todos os lugares que eu tenho ido, se eu tenho andado às ruas... Na semana passada, participei da procissão de Senhora Sant'Ana, lá em Feira de Santana, e encontrei dois servidores estaduais que passaram um tempão comigo caminhando aos pés de Sant'Ana, pedindo proteção a Deus e falando do verdadeiro sofrimento que vêm enfrentando pelo Planserv. Então algumas questões precisam ser esclarecidas.

A diretoria, a direção do Planserv, e V. Ex.^a, na condição de líder, precisam trazer a esta Casa o que, de fato, vem acontecendo, porque a informação que nos chega é de que, a cada dia, mais unidades de saúde são descredenciadas, muitas, inclusive, saindo porque não aguentam mais a demora de pagamento. Então os segurados do Planserv hoje têm vivenciado uma verdadeira, uma grande dificuldade na marcação dos seus exames, desde aqueles mais simples aos mais delicados, como para cirurgias etc.

Então nós mandamos um documento, um requerimento, demos entrada nesse requerimento pedindo algumas informações ao Planserv que se fazem extremamente necessárias para que todos nós parlamentares possamos acompanhar o que, de fato, vem acontecendo.

Eu ouvi aqui, recentemente, uma fala, também do líder do Governo, deputado Rosemberg, quando ele disse do grande volume de recursos que o estado precisa fazer hoje, aportar hoje, mensalmente, para manter o equilíbrio do Planserv. Então não dá mais para o povo baiano continuar sofrendo como vem sofrendo hoje; não dá mais para os assegurados do Planserv continuarem sofrendo. Eu falo também na condição de usuário do convênio, já há um tempo significativo, e sei, sinto também na pele, quais são as dificuldades que todos aqueles assegurados vêm passando. Não conseguem marcar, nunca tem vaga, não tem leito, é uma verdadeira, uma grande dificuldade.

Então essas informações... Eu espero que esse requerimento possa ser encaminhado de forma imediata, deputado Luciano, deputado Diego, deputado Robinho, para que o Planserv possa fornecer as informações acerca de quantos assegurados tem hoje; qual é a média de preço que cada um deles paga; qual é a receita atual; o que é que está acontecendo; quanto, de fato, o governo do estado tem colocado, mensalmente, no Planserv para mantê-lo funcionando.

É importante também divulgar – não sei se no site do governo do estado ou mandando aqui para a Casa também – qual é a relação das unidades credenciadas no estado inteiro. Inclusive, eu peço aqui no requerimento que o estado possa fornecer, dos últimos 24 meses, todas as unidades que foram descredenciadas, até para nos dar condição também de buscar junto a essas unidades de saúde quais foram os motivos. O fato é que aquelas pessoas que são associadas, que pagam... e não pagam pouco, pagam caro, o Planserv tem aumentado de forma significativa, muito mais do que a inflação, muito mais do que o aumento que o governo do estado deu ao servidor público. Então não é justo que o governo do estado, através do Planserv, continue dando esse

mau atendimento, esse mau tratamento, esse tratamento perverso a todos aqueles que dependem do Planserv.

E, ao contrário do que muitos colocam, que muitos discursos são contra o Planserv porque não querem o plano, não é nada disso. Muito pelo contrário, nós queremos o Planserv, mas queremos o Planserv forte, o Planserv atuante, como ele foi até um tempo atrás. E, para isso acontecer, precisa que essas informações sejam fornecidas e que esse debate seja feito com esta Casa e com a sociedade de modo geral.

Um abraço a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Pablo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o meu amigo, meu irmão, professor Robinho. Quando eu digo professor é porque ele, com esses cabelos brancos assim, tem me ensinado muito.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, meu presidente Samuel; boa tarde, amigos aqui presentes.

Eu quero aqui falar de uma coisa que me chama muito a atenção. Quando eu assumi o meu primeiro mandato aqui nesta Casa, uma das primeiras ações, entre as atitudes que eu tomei, foi criar a Frente Parlamentar Municipalista, porque eu vim da base eleitoral como prefeito. Então nos juntamos aqui com o ex-prefeito de Eunápolis, Robério Oliveira, o deputado Tom Araújo, o deputado Luciano Ribeiro e mais outros colegas, e criamos a Frente Parlamentar Municipalista. E o que nós vemos hoje é uma situação muito triste dos prefeitos.

Eu pego aqui o exemplo daqueles municípios que recebem royalties. E eu vou dar o exemplo de Nova Viçosa. Nova Viçosa, no mesmo período, no mesmo mês do ano passado, recebeu R\$ 940 mil; 1 ano depois, Nova Viçosa recebeu R\$ 480 mil de royalties. Eu pego o exemplo de outro município, o município de Ibirataia, que recebeu, no ano passado, R\$ 945 mil e, no mesmo período deste ano, R\$ 590 mil. Aí, eu pego Aiquara. Houve outra perda muito grande. Então, a gente quer entender o porquê dessa queda bem significativa de R\$ 950 mil para R\$ 350 mil ou R\$ 400 mil.

E o que a gente ouviu esta semana, no interior da Bahia, foi prefeitos gravando áudios, chorando a queda do FPM. Então é um questionamento que sensibiliza muito a gente, porque os problemas estão no interior.

Há a questão das emendas parlamentares. Vejam o quanto os municípios recebiam de emendas até o ano passado e agora as dificuldades que os municípios estão tendo em receber as emendas e os repasses do Fundeb. Então são coisas que vêm diminuindo.

O que nós estamos enxergando é um governo que está, a cada dia, aumentando mais imposto e mais taxa. E o que a gente ouve também é que a arrecadação do governo federal teve um crescimento. Então não justifica a caída significativa dos repasses financeiros para os municípios, quando o governo está com um pequeno crescimento de imposto. Isso é um ponto.

A outra questão é a que foi falado pelo colega Pablo. É esta questão aqui. (Mostra o jornal.) “Planserv informa...” Aqui, o governo está informando sobre a questão do contrato entre Planserv e Hapvida. Ninguém está questionando a licitação, ou seja, se ela foi incorreta, se ela foi correta. O que nós questionamos é o seguinte: qual a importância da Hapvida e da Haptech no Planserv? Se foi tão bom assim, amigo Rosenberg, por que a população está reclamando tanto?

Isso é uma coisa que eu quero que o governador entenda não como discurso político, mas é um discurso sensível com o que a gente está ouvindo no interior. Pessoas estão reclamando do atendimento do Planserv. Nós temos matérias, nesta semana, de vários blogs e jornais dizendo que o hospital tal ou o laboratório tal fecharam o atendimento para pessoas atendidas pelo Planserv.

Eu dei um exemplo que eu fui a um laboratório. Cheguei a esse laboratório. Falaram assim: “A cota desse exame acabou.” Nós não podemos ter cota para exames. Então terá cota para adoecer?

Então é uma coisa que eu quero dizer que não é questão de discurso oposicionista, é uma sensibilidade humana. Eu tenho certeza. Eu conheci bem o governador quando secretário. Sempre eu ia lá e ele sempre me atendeu muito bem, muito educado. Que ele tenha essa sensibilidade, que ele fosse enxergar como está a vida dessas pessoas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por que se contrata uma empresa do ramo de saúde do tamanho da Hapvida? Por que isso? Para agregar a um plano... Inclusive, em 2018 e 2019, em um projeto de lei, o governo tirou 50% dos repasses para o Planserv. Isso é uma coisa até que é nova para mim. Mas isso está em noticiários.

Então, este é um discurso sensível com os problemas das pessoas, com o servidor público.

Governador, preste a atenção. Isso é ruim só para o governo. Só quem tem a perder com isso são o servidor público...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e o governador.

Muito obrigado pela atenção, Rosenberg. Eu tenho certeza de que você vai levar esta situação até o governador. Valeu?

Obrigado, presidente. Um abraço a todos. Que Deus os abençoe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosenberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pela ordem, o deputado Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Pinto: Só pra explicar, deputado Robinho. São importantes as falas dos deputados Robinho e Pablo sobre a questão do Planserv. Primeiro, dizer que a Dr.^a Socorro está à disposição para vir à Assembleia para fazer uma apresentação e responder aos questionamentos com relação ao Planserv.

Robinho, só para você entender. Primeiro, quanto a essa questão da Hapvida, na realidade, não é que o plano de saúde queira contratar a Hapvida. A legislação de planos de saúde exige ter uma empresa e define o que tem de ser feito, na área da saúde, para fazer a fiscalização, o acompanhamento e tal do plano de saúde. Quem paga isso é o próprio plano de saúde. Quem fazia isso? Era a Qualirede. Tinha um contrato. Venceu o contrato.

Abriu-se uma nova licitação. A Hapvida ganhou o contrato com um valor 15% menor. A Qualirede entrou com uma ação questionando isso, repito, entrou para questionar isso. Não é que o Planserv tomou a iniciativa de contratar uma empresa. É porque é a obrigação dele contratar esse tipo de serviço, que é um tipo de gestão do plano de saúde.

Então, essa empresa – eu não a conheço, aliás, não conheço nenhuma das duas – ganhou a licitação e está tendo uma discussão. Você conhece como é essa coisa de mercado. Aí, obviamente, a parte prejudicada começa a criar uma série de informações, etc e tal, para, obviamente, descaracterizar a licitação.

Quanto a outra coisa, você tem razão. O plano de saúde, ele funciona. Não é só um plano de saúde. Todos os planos de saúde têm as suas cotas para atendimentos, porque, senão, nenhum plano de saúde se sustenta, repito, nenhum plano de saúde se sustenta.

Inclusive, nós aprovamos, nesta Casa Legislativa, um regramento para os atendimentos de quando a pessoa vai durante xis vezes para consultas. Isso está aprovado. É lei. Por quê? O que acontecia? A pessoa ia a um lugar e não gostava do médico. Aí, a mesma pessoa ia a outro lugar para outro médico. O custo é muito pequeno. Então, precisa ter algum tipo de controle.

Agora, é natural. Tudo isso pode ser ajustado? Pode. É fundamental que a Dr.^a Socorro venha fazer a apresentação? É fundamental. Conversei com o deputado Pablo. Já estou também te informando. Vamos marcar a data para trazer a doutora aqui.

Da mesma maneira, eu propus, hoje, ao Dr. Pedro Maia fazer uma apresentação para o Ministério Público. Vejam, não adianta chegar a Dr.^a Rita Tourinho, ir para a imprensa, porque ela gosta imensamente de mídia. Aí, ela vai para falar do plano de saúde que ela não conhece. Então, ela, primeiro, precisa conhecer o plano de saúde.

Eu pedi uma audiência agora ao secretário Luiz Caetano para apresentar, até para a Dr.^a Rita Tourinho, a fim de ter a oportunidade de falar com consistência, senão ela pode estar falando alguma coisa que seja ruim para ela. Como eu não conheço, há coisas do Ministério Público que eu não conheço, assim como há coisas do Planserv que eu não conheço. É importante a gente ter conhecimento de todas essas questões para a gente ir à rádio e ir aos lugares etc.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, dão a informação. Depois, às vezes, é questionado que a gente falou uma coisa que não deveria ter falado.

O Sr. Robinho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Questão de ordem do deputado Robinho.

O Sr. Robinho: O que eu quero dizer, amigo Rosemberg, é que o questionamento, na sociedade, nas pessoas, não se discute isso, as reclamações. Se não tivessem as reclamações, ninguém estaria questionando, aqui, a Hapvida. Ninguém estaria questionando isso. O questionamento da empresa que chegou agora, parece que, depois que ela chegou, parece que as reclamações das pessoas aumentaram.

Então, eu não estou questionando o governo, não estou questionando a Hapvida ou o grupo Maida. Uma empresa é seguida a outra. Não estou questionando isso, não.

O questionamento é por causa da cobrança por parte do servidor público, pois não está tendo atendimento. Isso é ruim para o governo. Não estou aqui para defender o governo, não. Aqui, quem tem de defender é você. Agora, como deputado, estou para defender o eleitor.

Então, se não tivessem as reclamações... Os jornais todos estão reclamando. Seria interessante, para o governo, dar uma atenção especial, porque trata-se de vidas, e vidas de pessoas de idade. São pessoas de 60 a 80 anos, são aposentados. Então, a minha intenção, aqui, não é politizar o assunto, é melhorar o atendimento. Não é resolver, é melhorar o atendimento.

Espero que vocês entendam isso como um uma crítica construtiva.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu também entendo assim. Estamos resolvidos. Eu acho que todos nós estamos no mesmo caminho de buscar uma solução e prestar o melhor serviço para os servidores e os mantenedores do nosso Planserv.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., Srs. Deputados, apesar de V. Ex.^{as} terem pedido questão de ordem, vocês só não fizeram o encaminhamento. Mas, levando em consideração o tema importante para todos nós, como o próprio deputado Rosemberg falou, há pessoas da sua família que são servidores públicos, assim como eu também tenho. Eu acho que é uma discussão apartidária. E a gente precisa ajudar o Planserv, porque eu, inclusive, também, já tive o Planserv. Hoje, eu não tenho mais. Mas já tive o Planserv. Sempre fiz uso.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o nobre deputado Diego. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos. Não sei se a minha amiga, deputada Fabíola, vai fazer o uso da fala, mas, senão, deputada Fabíola, em seguida.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento os colegas na Casa, imprensa e todos os presentes.

Antes de iniciar o meu discurso, queria fazer o registro, pois, no dia de ontem, foi o aniversário da cidade Inhambupe. São 127 anos de emancipação política. Estive na Agrotec, parabeno o povo de Inhambupe, é uma cidade promissora e riquíssima do nosso agronegócio e que precisa ser enxergada com um maior carinho e com olhar um pouco mais especial para o que aquela terra tem. Estão aqui os meus assessores como o Edmar e o pastor Adriano, que me representam lá na cidade. Gostaria de deixar este registro.

Sr. Presidente, a deputada que me antecedeu tocou no ponto que eu vim falar. Olha que engraçado! (Lê) “*Ministro acionou Ouvidoria Nacional dos Direitos*

Humanos contra mortes pela PM da Bahia.” Isso foi ministro de Lula! Engraçado, para condenar a PM, eles são instantâneos!

Agora eu pergunto: onde estava o ministro para se sensibilizar quando um PM morreu baleado, durante um assalto, em loja de celular, em Salvador, inclusive, filho de um servidor desta Casa? Onde estavam a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e o próprio ministro para se sensibilizarem com a morte de um soldado cruelmente abatido em uma festa?

Ninguém viu o policial morto em rua no bairro de Boa Vista de São Caetano! Ninguém viu dezenas, aliás, centenas de policiais morrerem de forma cruel e covarde! E ainda a gente tem de ouvir a deputada dizer que a violência, hoje, no tom do discurso dela, é porque tem uma PM assassina.

Engraçado, ministro, já que o senhor vem à Bahia, já que o senhor acionou a Ouvidoria contra as mortes na Bahia, eu sugiro ao senhor acionar, também, para ver como estão as situações das Polícias Militar e Civil em nosso estado! Aliás, não só dos policiais militares, mas de todos os agentes da segurança pública do nosso estado. Vem ver, ministro, como o policial está almoçando em festas como o Carnaval. É um pão com salame. Vem ver também, ministro, que o policial está recebendo R\$ 20,00 a hora para trabalhar, na diária de hora, para trabalhar, na hora de uma diária, para trabalhar em eventos de grande porte! Vem ver, ministro, que o policial civil está recebendo R\$ 12,00 de tíquete alimentação! Vem ver isso, ministro!

Também acione a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, porque, para a bandidagem, é um tapa. Aí se sensibiliza! Agora, para aqueles que exercem a força efetiva de proteção do bem jurídico mais importante que a sociedade tem que é a vida, vocês viram as costas.

E ainda tem de ouvir, aqui, a deputada dizer que a culpa da violência é atribuída à liberação do armamento promovida pelo governo Jair Messias Bolsonaro. Vocês estão de brincadeira!

Eu não tenho nem mais o que classificar. A deputada tem de se informar que, nos estados em que o armamento civil é mais flexibilizado, se tem os menores índices de violência! Por quê? Porque esses estados não são iguais ao nosso, que é um dos estados mais desarmado do Brasil, e o índice de violência é um dos maiores.

Para você ver que quanto mais armada a população de bem, mais segura ela vai estar. Quanto mais armada a população de bem ou o cidadão de bem, ele vai estar solto na rua; e o bandido, preso. Isso é o que não acontece aqui! Aqui, o cidadão de bem está preso em casa e o bandido está solto na rua! Isso acontece porque há um governo que assim foi nessa mesma linha, há 16 anos, cúmplice dessa política leniente de segurança pública.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, presidente, já que o ministro – caiu o papel – se sensibilizou em acionar a diretoria da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos com a violência no estado da Bahia, – obrigado, deputada Fabíola – ele venha pessoalmente e veja a situação da segurança pública e dos agentes de segurança pública do estado, porque

digo e repito: não se combate e não se melhora a segurança pública sem dar o tratamento digno ao seu material humano...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que são os policiais militares, civis e, agora, a Polícia Penal do nosso estado. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): A deputada Fabíola tinha pedido a palavra. Com a palavra a deputada Fabíola Mansur, minha amiga e minha irmã.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Meu irmão, que honra vê-lo presidindo esta sessão.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros das galerias, eu fico impressionada como a gente tenta fazer de assuntos seriíssimos em assuntos de politicagem.

Segurança pública, começo com segurança pública. Esse é um problema complexo que nós temos... Não existe uma única solução. Nós, todos juntos, temos, sim, de tomar conta deste assunto. Esta Casa tem a obrigação de debater as múltiplas soluções para um problema complexo que vão desde ações de educação, ações de abordagem policial, ações como celeridade, deputado Rosemberg, das câmeras operacionais no fardamento dos policiais que já, comprovadamente, diminuiu a letalidade da polícia no estado de São Paulo.

Lógico, eu sou filha e parente de policiais, coronéis. Sei exatamente a importância desses heróis e heroínas. Mas sei a importância, deputado Luciano, da capacitação e da melhoria dos armamentos de posse da tropa, também da força que tem uma polícia mais cidadã e do impacto que tem a geração de emprego e renda para a juventude, o acesso a serviços do estado, a melhoria da educação.

Nós temos de estar unidos, e não procurando culpados. Não acho bom, muitas vezes, a forma com que alguns policiais entram nas favelas e nos guetos, atirando com o comprometimento das vidas de inocentes, porque não vale prender, qualquer que seja o delito do meliante, uma vida de um inocente ser paga.

Mas, ao contrário de estarmos denunciando governo “a” e governo “b”, porque isso está acontecendo em todos os governos: abordagens equivocadas, falta de armamento devido, falta de oportunidade.

Nós temos de reconhecer que o governo Lula diminuiu o desemprego. Isso impacta na segurança. Ações de melhoria na área da educação, isso impacta na segurança. Quero dizer que me solidarizo tanto na família de inocentes que são vítimas de ações policiais, quanto na família de policiais que são vítimas de meliantes.

O que nós precisamos é apontar as soluções. É isso que esta Casa tem de fazer, ou seja, parar acusar um ao outro. Segurança pública é um tema prioritário para o qual, acho, tem várias ações, inclusive, do nosso ministro Flávio Dino, que está acelerando a doação das câmeras operacionais, fazendo uma série de atividades como Pronard,

Proerd. São vários programas que eu acho que são importantes. O próprio governo do estado, o governador Jerônimo, está equipando a polícia, contratando policiais, capacitando pessoas. A gente tem de falar das coisas boas!

Da mesma maneira, eu, como médica, falo do Planserv. O Planserv é um patrimônio do servidor. Não é ele quem precisa ser atacado. Nós temos um plano de saúde que tem, deputado Pablo, prestadores de excelência e hospitais de excelência. Nós temos, sim, de cuidar do Planserv, porque, se nós formos comparar o que paga um cidadão de 64 anos a uma empresa operadora de plano de saúde como Sulamérica ou como o Bradesco, esse paga de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil! E o que paga o servidor é um valor, com certeza, bem abaixo disso. Lógico, nós temos que valorizar o servidor.

Quando nós temos um plano que não está atendendo, seja por um sistema de cotas muito rigoroso, seja pela mudança do gestor operacional, da Qualirede para a Maida... Estamos tendo problemas? Claro! Nós temos, sim, deputado Rosemberg, que trazer a Dr.^a Socorro. Inclusive, a Comissão de Saúde já propôs uma reunião com a Dr.^a Socorro. Acho que ela deve vir aqui.

Acho que nós temos um problema, deputado Rosemberg. Quando, no governo de Rui Costa,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Com a sua tolerância.

Nós diminuimos a contribuição patronal ao plano de saúde de 4% para 2% isso impactou, e impacta agora porque tivemos uma pandemia. Com a pandemia, houve gargalos de doenças que não foram tratadas, e isso gerou um impacto para a rede. Nós precisamos rever a contribuição patronal do governo.

Quero dizer, aqui, deputado Rosemberg, que farei uma indicação para que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o governador Jerônimo, que já aumentou de 2% para 2,5%, e era de 4%... Na gestão dele, tenho a certeza de que ele está com isso em seu planejamento: aumentar, na medida do possível, retornando aos 4% a contribuição patronal.

Eu acho que é bem-vinda ao nosso debate a recepção a Dr.^a Socorro para sabermos onde estão os gargalos, conversando, e com ela dizendo: não há gargalos em consultas? Não há gargalos em emergências? E vamos ver se isso realmente está acontecendo.

Precisamos também interiorizar o Planserv. Muitas pessoas pedem credenciamento, muitos prestadores pedem credenciamento e esse credenciamento está fechado. Então, nós queremos melhorar o plano, nós queremos uma gestão enxuta, porém, nós queremos a prestação de serviços.

Eu não posso deixar de dizer, aqui, – com a sua tolerância – eu que perdi meu pai no dia 7 de janeiro, que todo o seu atendimento foi feito pelo Planserv quando a Sulamérica negou o atendimento. Não é factível uma operadora que lucra bilhões, que cobra R\$ 4 mil, R\$ 5 mil, como pagava meu pai, se negar a um tratamento de câncer mais moderno. No entanto, o Planserv fez o atendimento. Assim como fez home care. Eu só tenho boas recordações do Planserv.

Eu própria, médica oftalmologista, fui durante anos, até me tornar deputada, médica do Planserv. Nossa clínica, há 10 anos, atendia ao Planserv e era uma das melhores clínicas. Por anos foi considerada uma das três melhores clínicas da Bahia. Portanto, eu sei que o Planserv tem bons prestadores médicos. O Planserv tem a responsabilidade por 500 mil vidas. Agora, é preciso que o Planserv reveja esse sistema de cotas; é preciso que o Planserv pague de forma pontual aos prestadores, porque existem, sim, e precisamos admitir, reclamações de prestadores que estão sem receber por serviços prestados.

Não adianta termos um plano com um valor mais baixo, que ajuda ao beneficiário, se ele não tem acesso. Nós estamos discutindo aqui o acesso! O Planserv é um bom plano, é o patrimônio do servidor, precisa ser bem gerido, precisa de dinheiro, de reinvestimento, e precisa, sim, que esta Casa se debruce para dialogar sobre o que está acontecendo, porque essas reclamações estão muito frequentes. E estão frequentes acima da média, presidente.

Então, me coloco à disposição para fazer esse debate, mas fazer um debate equilibrado, um debate republicano, um debate democrático.

Eu até me associo à fala do deputado Robinho, que cabe à gente ver o que pode fazer para ajudar ao nosso plano, ao plano do servidor, o Planserv, e aí, sim, debater soluções para melhorá-lo. Assim como defendo que a gente debata a segurança pública em nosso estado, sentando, todos nós, de todos os partidos, para ver quais soluções esta Casa pode apontar para o nosso governador, que tem boa intenção, que vem mostrando a valorização do servidor, sobre como nós vamos fazer para melhorar.

É assim que eu penso, Sr. Presidente. Fazendo uma crítica ao que tem que ser criticado, mas também apontando as soluções, senão fica só no discurso e esta deputada nunca ficou só no discurso. A deputada quer soluções e soluções com todos os membros desta Casa.

Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Estava com saudade, deputada, de ouvir V. Ex.^a. V. Ex.^a sempre gosta de falar e fala muito bem.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, questão de ordem. A deputada se referiu...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Perdoe-me, mas só se for para encaminhar a questão de ordem. Se não, já vou dar a sessão por encerrada e amanhã...

O Sr. Dr. Diego Castro: Isso. Em relação a politicagem, quando eu fiz referência, no discurso, à questão da segurança pública – foi referência ao meu discurso – eu falava, presidente, de uma linha de governo. Como é que é um discurso de politicagem já que se trata... O que é que eu estou questionando? Um governo que está há 17 anos no poder. Aí, veja bem, há ali o questionamento de que: Ah! fique... não cabe aqui ficar...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Diego, gostaria só de que V. Ex.^a encaminhasse a questão de ordem.

O Sr. Dr. Diego Castro: Não cabe aqui ficar jogando...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Caso contrário, vou interromper a sua fala.

O Sr. Dr. Diego Castro: É em relação ao discurso da deputada.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Mas não cabe questão de ordem.

O Sr. Dr. Diego Castro: Aqui, a deputada se referiu como politicagem ao discurso que foi feito, aqui, em relação à segurança pública. Foi direcionado a mim.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não, não, não. É assim: será questão de ordem se V. Ex.^a for fazer um encaminhamento.

O Sr. Dr. Diego Castro: Está encaminhado. V. Ex.^a concede...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não. Se for para V. Ex.^a fazer um novo discurso, não é questão de ordem.

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, tem que ter um esclarecimento.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não, não.

O Sr. Dr. Diego Castro: Eu fui citado!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): É isso que estou dizendo: se V. Ex.^a tem uma questão de ordem para encaminhar, é direito de V. Ex.^a e esta presidência tem que acatar.

O Sr. Dr. Diego Castro: Para fazer uma contradita de esclarecimento...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Agora, V. Ex.^a fazer contraponto a um discurso, imagine?

O Sr. Dr. Diego Castro: A fala da deputada foi referente ao meu discurso.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Se tem questão de ordem, V. Ex.^a tem a oportunidade.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Encaminhe a questão de ordem, Sr. Presidente, porque ao falar a palavra politicagem, se o deputado sente que foi falando dele, eu sinto muito, eu lamento...

O Sr. Dr. Diego Castro: Mas foi em referência ao meu discurso, presidente. Foi referência ao meu discurso.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Isso não é questão de ordem.

O Sr. Dr. Diego Castro: Foi referência ao meu discurso.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não é questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Robinson. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros da imprensa que acompanham esta sessão, também aqueles que acompanham através da *TV ALBA*, nas galerias.

Sr. Presidente, eu quero dar ciência a esta Casa da realização hoje de uma importante audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Serviços Públicos, requerida pelo deputado estadual, líder do Governo, Rosenberg Pinto, para discutir o projeto de lei de reestruturação dos cartórios, que está tramitando nesta Casa.

Esta audiência pública contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Nilson Castelo Branco, e dos desembargadores relator e presidente da Comissão da Reforma, respectivamente, Jatahy Fonseca e José Rotondano, e também com a presença de entidades do segmento, de registradores notários e delegatários de cartório, e foi feito um grande debate sobre o projeto de lei. E o presidente da nossa Assembleia, Adolfo Menezes, esteve presente a audiência e delegou a este deputado aqui a relatoria.

Então, eu estou dando ciência a toda a Casa que fui designado pelo presidente Adolfo Menezes como relator do PL, de origem do Poder Judiciário, para a reestruturação dos cartórios na Bahia. E farei a relatoria de forma democrática e participativa, por isso estou dando ciência a todos aqueles interessados na matéria. Estarei disposto, aberto à interlocução, ao diálogo, porque esse é um assunto que está presente em todos os municípios

Creio que todos os deputados serão abordados, farei espaços públicos de debate, Diego, porque V. Ex.^a gosta desse debate, dessa discussão, é do ramo, é advogado, vai defender, como sempre tem defendido, aqui, os interesses dos baianos, para que a gente tenha serviços extrajudiciais prestados com qualidade, com agilidade, com segurança e com economicidade. O nosso povo precisa ser atendido de forma mais eficiente pelos cartórios na Bahia. Então, dou conhecimento à Casa e farei esse processo de relatoria com espaços públicos para debates, para discussão.

Convocarei outra audiência, em data a ser definida, para que todos tenham a oportunidade de apresentar algum tipo de contribuição, reflexão, para que sejam feitos ajustes nesse projeto de lei.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pelo espaço.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Robinson. Deus continue o abençoando e lhe dê sabedoria para que possa trazer esse projeto aqui bem relatado, para que a gente possa votar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Como não há mais orador inscrito...

O Sr. Dr. Diego Castro: Permita-me concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pois não, deputado Diego.

O Sr. Dr. Diego Castro: Obrigado por sua concessão. Eu apenas quero esclarecer. A deputada falou aqui que se está fazendo politicagem, que cabe ao Parlamento aqui, que não é só responsabilidade do estado, não cabe ficar só falando do estado, cobrando. Mas eu acredito que quando chegou às mãos do Parlamento a gente teve a oportunidade de fazer a nossa parte, e foi feita, inclusive apresentando emenda aditiva para que o governo, que deveria dar tratamento digno, principalmente aos policiais militares, desse um reajuste – foi, ali, a parte dele se redimir – que chegasse à altura da valorização...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Meu nobre colega, meu nobre colega, Diego,...

O Sr. Dr. Diego Castro: Eu vou concluir, presidente.

Por isso, não se trata aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não! Permita-me, chefe, eu não quero mandar desligar o seu microfone! É só para que a gente se entenda perfeitamente.

O Sr. Dr. Diego Castro: Perfeito!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Eu quero concordar com o seu discurso, com a sua liberdade de expressão, em especial na sua condição de parlamentar. Só que no Pequeno Expediente cabe a V. Ex.^a se inscrever, como V. Ex.^a foi inscrito. V. Ex.^a teve o direito de falar, assim como todos os demais que se inscreveram. E V. Ex.^a tem total liberdade de fazer a sua colocação. Só que o que V. Ex.^a está me pedindo agora não cabe, e na condição de presidente, ...

O Sr. Dr. Diego Castro: Sr. Presidente, com todo o respeito, ...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): (...) eu não posso lhe dar a concessão, porque... Imagine que todo deputado... Por exemplo, o deputado Robinson chegou agora e falou sobre o projeto que ele vai relatar. Aí, o deputado Rosemberg acha que o deputado Robinson falou alguma coisa dentro da sua colocação, pede uma questão de ordem e passa mais 5 minutos falando. Aí, Pablo vai...

O Sr. Dr. Diego Castro: Mas não é passar 5 minutos, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Então, não cabe a questão de ordem.

O Sr. Dr. Diego Castro: Com todo o respeito, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Se V. Ex.^a quiser a questão de ordem necessária e que está dentro do Regimento, eu, com o maior prazer, lhe darei.

O Sr. Dr. Diego Castro: Com todo o respeito, seguindo a lógica isonômica...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Mas a sua fala até agora não cabe na questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente,...

O Sr. Dr. Diego Castro: Não! Foi atribuída à minha fala a palavra politicagem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu quero fazer um encaminhamento.

O Sr. Diego Castro: Não se trata de politicagem. Inclusive, afeta todos nós, dizendo que cabe a nós, do Parlamento, fazer a nossa parte para a segurança pública e, aí, não cabe essa crítica ao governo. Foi atribuído a politicagem o meu discurso. Por isso, aqui, eu estou enfatizando a seguinte questão.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Meu líder, V. Ex.^a pode ter 100 % de certeza de que eu, enquanto estou aqui, na presidência, mantenho 100% de isonomia, tanto do seu lado quanto do lado dela. Cabe a V. Ex.^a, como deputado da Oposição, fazer o que acabou de fazer, a crítica ao governo. Cabe à deputada Fabíola, na condição de deputada do Governo, fazer também a sua linha de defesa. O que eu quero é só que V. Ex.^a entenda que o que está me pedindo até agora não encaixou em questão de ordem.

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, foi atribuído, indiretamente, no discurso, a mim o termo politicagem. V. Ex.^a não concorda que é um termo...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Mas qual é sua questão de ordem nesse assunto?

O Sr. Dr. Diego Castro: Que V. Ex.^a me permita fazer um esclarecimento sobre a atribuição à minha pessoa.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): É isso que estou dizendo a V. Ex.^a, não cabe.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente...

O Sr. Dr. Diego Castro: Ou, então... Vamos lá, então, vamos pela cordialidade...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Aí, é diferente. Se V. Ex.^a dissesse assim: Sr. Presidente, V. Ex.^a me dá a oportunidade...

O Sr. Dr. Diego Castro: Exatamente. Como foi feito aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): (...) de falar por 2 minutos para que eu possa falar? Aí, cabe a mim lhe dar ou não. Agora, quando V. Ex.^a me pede a questão de ordem, ela é regimental, eu dou se couber.

O Sr. Dr. Diego Castro: Eu acabei de falar. V. Ex.^a não me concedeu a questão de ordem. V. Ex.^a disse não. Se voltar a fita V. Ex.^a vai ver que eu pedi pela sua cordialidade.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Marquem 2 minutos para o deputado Diego.

O Sr. Dr. Diego Castro: O que que eu quero dizer, não sendo repetitivo, mas se faz necessário agora, é que foi usado o termo politicagem em relação à crítica que eu fiz ali, na tribuna, dizendo que não cabe, que é politicagem porque estou cobrando do governo “a” e não cabe cobrar de governo “a” ou “b” o que eu cobre ao governo do PT, mas é de todos nós a responsabilidade. Eu estou dizendo... Como é que diz que a responsabilidade prioritária não é desse governo que está aí há 16 anos descuidando da segurança pública?

E aí é onde eu chego, não saindo da crítica, porque ao mesmo tempo que diz isso joga culpa em um governo que passou 4 anos, que era o governo federal, e que, ao contrário do daqui, quando esteve no poder o presidente Bolsonaro os números da violência no país diminuíram historicamente e no daqui só fizeram crescer. Então, o culpado é, sim, o governo local, que é leniente com a política de segurança. Não se trata, por isso, de politicagem.

Então, atribuíram a questão da violência aqui, vejam só, aos CACs, ao armamento, segundo eles, extraviado dos CACs, que não chega a 0,005%. E querem dizer que isso é responsável pelo banho de sangue na Bahia. Me façam uma garapa, pelo amor de Deus!

Por isso, sim, se faz necessário se contrapor a essas falácias aqui ditas, presidente. Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu vou pedir a verificação de quórum, mas, para sustentar a minha fala, o meu encaminhamento para pedir isso, eu queria dizer que nós precisamos fazer um debate criterioso sobre segurança pública e sobre violência. E nós precisamos fazer isso rapidamente aqui, nesta Casa.

Eu conversei com o secretário da Segurança Pública, tenho conversado com todas as pessoas e quero dialogar sobre isso com Pablo para que a gente possa fazer um debate aqui, na Casa, sobre segurança pública. Porque a gente fica, aqui, responsabilizando “a”, “b”, “c” ou “d”, certo, sem entender o que é violência e o que é segurança pública. Fazer discurso para base eleitoral aqui é fácil; o importante é debater o conteúdo disso. Quando se colocou aqui que não se teve uma política nacional de segurança pública nos últimos quatro anos, pois o ex-presidente estava preocupado em aniquilar os seus adversários em vez de debater um plano de segurança pública nacional. Ele tem participação no assassinato e desaparecimento de Marielle e de vários outros. Esse plano de segurança pública nacional precisa ser debatido. E o presidente Lula já tomou a iniciativa de fazer isso, porque tem que envolver todos os estados.

Eu faço um parâmetro aqui, por exemplo, entre combustível e drogas ilícitas. Quem produz combustível? Quem distribui combustível? Quem está no ponto de venda? No problema da violência e do tráfico de drogas é a mesma coisa. Alguém produz, alguém distribui e alguém está no ponto de venda. Nós precisamos discutir isso de uma forma conceitual e como vamos resolver esse problema. Está errado quando a gente acha que vai resolver o problema da violência advinda do tráfico de drogas abatendo o ponto de venda. Nesse ponto de venda, estão os pobres, os negros, os excluídos da sociedade, mas que encontram, nesse comércio, a sobrevivência extremamente pequena, porque uma grande parte vai a ali para se alimentar e acaba atraído pelo distribuidor e pelo produtor dessas drogas ilícitas.

Nós precisamos debater essa questão e não podemos acusar a Polícia Militar de uma forma generalizada, mas é natural... Eu sou católico, na minha igreja tem problemas com católicos e padres? Tem. Nas igrejas evangélicas têm alguns problemas com alguns evangélicos e alguns pastores? Tem. Na Polícia Militar, também tem. Isso é em todos os lugares. Então, precisamos debater isso com detalhamento, com conceito e não apenas vindo aqui fazer uma...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) defesa, às vezes, obtusa dessas questões.

Por isso, presidente, a minha sugestão é que o deputado Pablo encaminhe isso e terá o apoio da liderança do Governo para a gente se sentar e construir um debate, na Casa, sobre segurança pública e violência. A gente pode trazer, inclusive, estudiosos sobre o tema a fim de fazer um debate não eleitoral, mas para debater e ajudar o estado a entender essa questão e como buscar uma solução para isso.

Eu queria...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pedir a V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Será concedida, sim, deputado Rosenberg.

Agora, eu quero corroborar com V. Ex.^a, porque, inclusive, como membro da comissão, talvez até tenha faltado um bate-papo nosso para ter um entendimento melhor, porque, quando conversávamos com o deputado Pablo, que preside a comissão, a nossa intenção em convidar o secretário da Segurança é, exatamente, para que a gente possa de alguma forma contribuir.

Lógico, ele é que tem a expertise, está na secretaria, é delegado, de forma nenhuma é querer culpá-lo por todo momento que nós estamos vivendo, até pelo período curto em que está na secretaria. Mas até é para poder contribuir, ouvir quais são as metas que a secretaria. Talvez, naquele momento, V. Ex.^a entendeu que nós, o deputado Pablo e até eu que faço parte da comissão, estávamos buscando um contraponto no sentido de oposição. Pode ter a certeza de que não era essa a....

O Sr. Rosenberg Pinto: (...) não eram os dois, não. Conheço os dois deputados e sei que o interesse de V. Ex.^a é um, mas o desdobramento disso, talvez não tivesse o resultado que todos nós esperamos, mas vamos construir.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): (...) mas eu tenho certeza de que tanto V. Ex.^a quanto o deputado Pablo – eu posso falar mesmo estando aqui na presidência – que a nossa intenção é que o estado esteja seguro, porque quando o estado está seguro, a gente tem um investimento, os nossos filhos – no seu caso, pelos cabelos brancos, já é avô, os seus netos – estão bem cuidados, porque o estado está bem cuidado, então essa é a nossa intenção.

Como não há mais orador e nem quórum suficiente para continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

Convoco os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas para comparecerem, amanhã, no horário regimental.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Jr, Eduardo Alencar, Eures Ribeiro, Fátima Nunes, Jordavio Ramos, Júnior Muniz, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Patrick Lopes, Roberto Carlos e Vitor Bonfim. (11)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.